

JORNAL DO SENADO

ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DAS ATIVIDADES DO SENADO FEDERAL

ANO VIII – Nº 1.520 – BRASÍLIA, TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2002

Governo quer mais títulos no exterior

A Comissão de Assuntos Econômicos deve examinar hoje parecer favorável de Geraldo Melo ao pedido do governo para elevar o limite de colocação de títulos públicos no exterior. O limite atual é de US\$ 30 bilhões e o Executivo pretende uma ampliação para US\$ 40 bilhões. Na opinião do relator, com o novo aporte de recursos "o país vai se fortalecer ainda mais" para enfrentar as flutuações do mercado.

PÁGINA 3

Audiência analisa cisão de geradoras

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura promove audiência pública amanhã para debater o Programa de Cisão das Empresas Elétricas do Sistema Eletrobrás e o Comitê de Revitalização do Setor Elétrico.

PÁGINA 3

Comissão vota proposta contra estrangeirismos

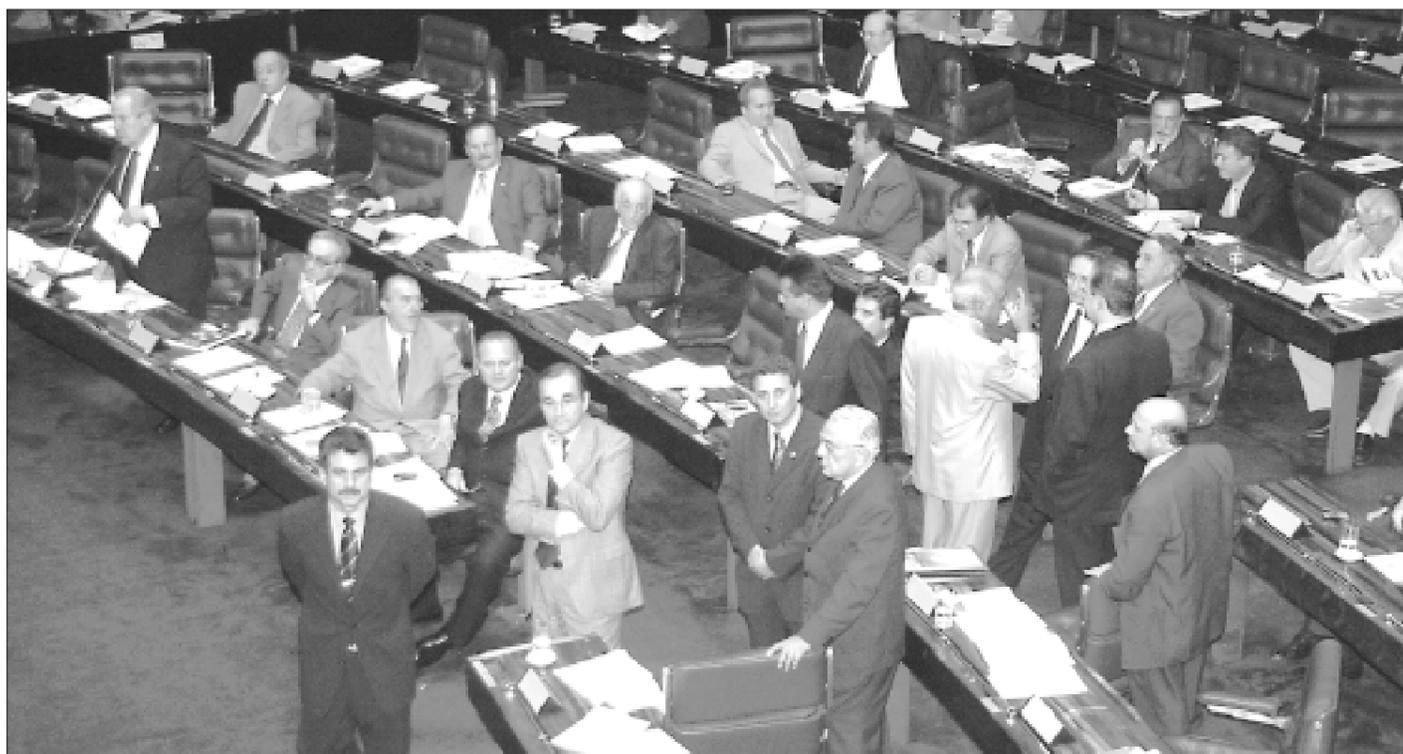
Projeto da Câmara visando à defesa e à promoção da língua portuguesa deve ser examinado hoje pela Comissão de Educação. O relator da matéria, Amir Lando, apresentou substitutivo que prevê a elaboração, por comissão de especialistas, de um glossário de estrangeirismos nas áreas de inovação tecnológica, com sugestões de termos equivalentes em português.

PÁGINA 4

Juiz poderá interrogar na cadeia os presos perigosos

O Plenário deve votar hoje projeto que autoriza juízes a interrogarem dentro dos presídios os presos considerados perigosos. Também oriunda da Comissão Mista de Segurança, está em pauta proposta que prevê mudanças nos procedimentos relacionados com os tribunais do júri

PÁGINA 2



Roosevelt Pinheiro

A pauta de hoje do Plenário do Senado inclui, entre outras propostas, a definição de agroindústria artesanal

O público infantil é o alvo de revista publicada pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado

Criança marca presença na Bienal do Livro

A revista *Jovem Cidadão* tem feito a alegria das crianças que visitam a Bienal Nacional do Livro de Natal. Distribuída pelo Senado, a revista traz linguagem de fácil entendimento para as crianças. O primeiro domingo da bienal contou com público expressivo. Mais de 300 títulos foram comercializados só no estande do Senado.

PÁGINA 8



Político goiano é homenageado no Plenário

Os senadores Iris Rezende (PMDB-GO) e Mauro Miranda (PMDB-GO) apresentaram ontem requerimento de pesar pela morte do ex-deputado goiano Juarez Bernardes, ocorrida durante o fim de semana. Os proponentes ressaltaram em Plenário o empenho de Bernardes pelo desenvolvimento de Goiás e pela redemocratização do Brasil. — Goiás e o Brasil devem muito a ele. A vida de Bernardes, seu espírito de goianidade e seu sentimento patriótico servirão de exemplo à geração atual e às gerações futuras, que tomarão conhecimento da vida desse que foi um dos mais ilustres goianos — afirmou Iris Rezende. Por sua vez, Mauro Miranda destacou a atuação do ex-deputado como professor da Escola de Agronomia. Para o senador, Bernardes teve “grande visão de futuro” e destacou-se por lutar pelas “grandes causas de Goiás”. O primeiro passo da carreira política do homenageado foi a eleição para a Assembléia Legislativa de Goiás, pela UDN. Mais tarde, foi um dos fundadores do Movimento Democrático Brasileiro (MDB) e elegeu-se três vezes deputado federal. Além da luta política de Juarez Bernardes contra o regime militar, Mauro Miranda destacou sua capacidade de trabalho no cotidiano das lides administrativas, quando secretário de Agricultura de Goiás e secretário de Assuntos Políticos da prefeitura de Goiânia (GO). — O legado desse homem permanecerá vivo no pensamento e no coração de todos que lutamos por um Goiás mais democrático, próspero, justo e feliz para as próximas gerações — concluiu.

Juiz poderá interrogar preso dentro de presídio

Esta é uma das propostas do conjunto de medidas para melhorar a segurança pública que o Plenário do Senado deverá apreciar hoje

O Plenário vota hoje projeto oriundo da Comissão Mista de Segurança que autoriza juizes a interrogarem presos considerados perigosos dentro dos presídios. A matéria trata também da garantia da defesa, alterando o Código de Processo Penal para determinar que o silêncio do acusado, durante o interrogatório, não poderá prejudicar a sua defesa. Hoje, o código permite que o réu não responda perguntas formuladas pelo juiz, mas prevê que esse silêncio trará prejuízos para a defesa.

Os senadores irão decidir também se aprovam mudanças nos procedimentos relacionados com os tribunais do júri, visando que seja ampliado o prazo de debates entre a acusação e a defesa em causas complexas a pedido de qualquer das partes. O projeto ainda prevê que, absolvido pelo tribunal do júri, o réu poderá ser processado civilmente para pagar eventuais prejuízos. A proposta, que veio da Comissão Mista de Segurança, estabelece que as testemunhas vão ser interpeladas primeiramente pelas partes e, só



Comissão Mista de Segurança propõe ainda que silêncio do acusado, durante o interrogatório, não poderá prejudicar sua defesa

depois, pelo juiz. O projeto determina ainda que eventuais despesas com deslocamento de testemunhas sejam bancadas pelo governo.

CARTÓRIOS

Em regime de urgência, o Senado vota também hoje projeto que extingue a obrigatoriedade da realização de concurso de provas para o preenchimento das vagas dos serviços notariais e de registros públicos reservadas a provimento mediante remoção. Isso porque dúvida de interpretação decorrente do atual texto da lei levou a Associação dos Notários

e Registradores do Brasil a pedir ao Supremo Tribunal Federal que declare sua inconstitucionalidade.

Na mesma sessão, será votado projeto do senador Romero Jucá (PSDB-RR) que modifica o Código de Trânsito Brasileiro para eliminar os entraves impostos a quem dirige *trailers* e *motorhomes*, além de projeto que define agroindústria artesanal. O mesmo projeto determina que cabe exclusivamente aos produtores rurais, individualmente ou em associações e cooperativas, a condução do processamento dessas agroindústrias.

Junta técnica atestará condenação de jovem entre 16 e 18 anos, diz Iris

O senador Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu ontem, da tribuna, sua proposta de emenda à Constituição que considera passíveis de punição penal os jovens menores de 18 e maiores de 16 anos. Ele explicou que só poderão ser condenados os jovens que tiverem capacidade para entender o caráter ilícito de seus atos. Uma junta técnica nomeada por juiz atestará se o jovem teve este discernimento

quando cometeu o crime.

— Uma mudança dessas na Constituição tem de ser acompanhada de mais investimentos na educação, na oferta de empregos e na saúde de nossos jovens. Só isso evitará que eles, quando adultos, se tornem verdadeiros assassinos — ponderou Iris Rezende.

O senador defendeu ainda investimentos no Fundo Nacional de Segurança Pública para o combate

à criminalidade. “Sem dinheiro, a polícia não tem como enfrentar os bandidos”, justificou.

Iris lamentou que sua proposta esteja sendo condenada “até por quem não a leu”, pois “ela reduz apenas parcialmente” a idade para efeitos penais. Ele observou que a regulamentação em lei e o laudo técnico evitarão a condenação de jovens que não tenham capacidade de entender o caráter ilícito de seus atos.



AGENDA

TERÇA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2002

PLENÁRIO

14h30 — Sessão deliberativa ordinária
Pauta: PLC nº 106/01, altera o artigo 16 da Lei nº 8.935/94, que regulamenta o artigo 236 da Constituição federal (estabelecendo critério para preenchimento de vagas para a atividade notarial ou de registro); PLC nº 123/01, dispõe sobre a elaboração, beneficiamento e comercialização de produtos artesanais de origem animal e vegetal; PLS nº 71/02, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), relativos ao interrogatório do acusado e à defesa efetiva; PLS nº 72/02, altera dispositivos do Decreto-Lei nº 3.689/41 (Código de Processo Penal), relativos ao tribunal do júri; PLS nº 168/99, altera a Lei nº 9.503/97, que instituiu o Código de Trânsito Brasileiro; PDL nº 175/02, aprova o texto do Acordo sobre o Projeto de Construção de uma Ponte sobre o Rio Oiapoque, celebrado entre os governos do Brasil e da França; PDLs aprovando atos de outorga e renovação de concessões e permissões para a exploração de serviço de radiodifusão de som e imagem; PR nº 10/01, acrescenta os parágrafos 1º e 2º ao artigo 99 da Resolução do Senado nº 93/70, para estabelecer que o presidente do Banco Central, ou um diretor por ele indicado, comparecerá à Comissão de Assuntos Econômicos para expor as decisões adotadas pelo Comitê de Política Monetária; Requerimento nº 380/02, solicitando moção de repúdio ao uso de armas de destruição em massa, comunicando aos parlamentares da Índia e do Paquistão o apelo da Comissão de Relações Exteriores do Senado brasileiro para que os conflitos entre os dois países sejam resolvidos pacificamente pela negociação, pela intermediação, sem guerra e sem cogitar do uso de armas atômicas; e Mensagens nºs 103/02, submete à deliberação do Senado a escolha de Mário da Graça Reiter para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto ao Estado do Kuwait; e 161/02, submete à deliberação do Senado a escolha do nome de Sérgio Barbosa Serra para exercer o cargo de embaixador do Brasil junto à Nova Zelândia.

COMISSÕES

10h — Comissão de Assuntos Econômicos. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

11h30 — Comissão de Educação. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 15

14h30 — Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 9

14h30 — Comissão de Serviços de Infra-Estrutura. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 13

14h30 (16h30, 18h30 e 20h30) — Comissão Mista de Planos, Orçamentos Públicos e Fiscalização. Plenário nº 2 do Anexo Luís Eduardo Magalhães da Câmara dos Deputados

17h — CPI das ONGs. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 3

18h — Comissão de Assuntos Sociais. Ala Senador Alexandre Costa — Sala 19

18h — Comissão mista com a finalidade de apreciar a MP nº 2151-3, regulamenta o artigo 8º do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias (anistiado político). Ala Senador Nilo Coelho — Sala 6

JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br - tel.: 0800 612211 - fax: (61) 311 3137

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Ramez Tebet
1º Vice-Presidente: Edison Lobão
2º Vice-Presidente: Antonio Carlos Valadares
1º Secretário: Carlos Wilson
2º Secretário: Antero Paes de Barros
3º Secretário: Ronaldo Cunha Lima
4º Secretário: Mozarildo Cavalcanti
Suplentes de Secretário: Alberto Silva, Marluce Pinto e Maria do Carmo Alves

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia
Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva
Diretor da Sec. de Comunicação Social: Vagner Caldeira
Diretora do Jornal do Senado: Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333
Diretor da Agência Senado: Antonio Caraballo (61) 311-3327

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin, João Carlos Ferreira da Silva e José do Carmo Andrade

Diagramação: Sergio Luiz, Wesley Bezerra de Carvalho, Osmar Miranda e Iracema F. da Silva

Revisão: Lindolfo do Amaral Almeida, Miquêas Dantas de Moraes e Eny Junia Carvalho

Tratamento de Imagem: Edmilson Figueiredo

Arte: Cirilo Quartim

O noticiário do *Jornal do Senado* é produzido pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado

Endereço: Praça dos Três Poderes
Ed. Anexo I do Senado Federal,
20º andar
Brasília - DF - 70165-920

Impresso pela
Secretaria Especial
de Editoração e
Publicações

Melo apóia lançamento de mais títulos no exterior

Será apresentado hoje à CAE parecer do senador favorável ao pedido do Executivo para que limite de colocação de papéis públicos no mercado internacional seja elevado dos atuais US\$ 30 bi para US\$ 40 bi

Projeto amplia recursos para a pequena empresa

Os bancos públicos federais poderão ser obrigados a destinar metade de todos os seus recursos disponíveis a programas voltados para as pequenas e microempresas. É o que determina projeto de lei de autoria do senador Osmar Dias (PDT-PR) que deverá ser examinado hoje pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). A proposta recebeu parecer favorável do relator, senador Fernando Bezerra (PTB-RN).

Segundo a proposta, os bancos públicos federais deverão aplicar 50% dos recursos ativos disponíveis em operações de crédito voltadas para as pequenas e microempresas. Os financiamentos, segundo a proposta, terão encargos financeiros ajustados de modo a não exceder o limite de 12% ao ano, e redutores de até 50% sobre as parcelas da amortização e dos encargos financeiros. As características dessas operações serão objeto de deliberação do Conselho Monetário Nacional (CMN).

FISCALIZAÇÃO

A definição dos critérios e diretrizes a serem obedecidos nos contratos de financiamento caberá ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), determina o projeto. Caberá ao Banco Central fiscalizar as instituições financeiras, para saber se os recursos estão sendo destinados às pequenas e microempresas.

A proposta prevê ainda que os bancos oficiais receberão aporte financeiro do Orçamento da União, para que possam garantir sua solidez financeira.

O senador Geraldo Melo (PSDB-RN) deve apresentar hoje, na Comissão de Assuntos Econômicos (CAE), parecer favorável ao pedido de autorização, do Poder Executivo, para elevar o limite de colocação de títulos públicos brasileiros no exterior dos atuais US\$ 30 bilhões para US\$ 40 bilhões.

Segundo Geraldo Melo, com o novo aporte de recursos "o país vai se fortalecer mais" para enfrentar as flutuações do mercado financeiro que vêm sendo provocadas, principalmente, pelas preocupações geradas a partir da crise argentina.

Desde 1995, o governo tem encaminhado sistemáticos pedidos de ampliação desse limite com o objetivo de reestruturar a dívida pública do país. Isso é feito medi-



Pedido do governo a ser analisado pela Comissão de Assuntos Econômicos objetiva a reestruturação da dívida pública do país

ante a troca de dívida interna por externa, que tem custos menores. O limite, originalmente, era de US\$ 5 bilhões.

RESERVAS

Na exposição de motivos do pe-

dido, o ministro da Fazenda, Pedro Malan, explica que as colocações de títulos do Tesouro Nacional no mercado internacional, embora num primeiro momento constituam elevação do endividamento

público externo e sirvam de fonte apenas para o cancelamento de dívida interna equivalente, permitem a incorporação dos recursos captados em moeda estrangeira às reservas internacionais do país.

Ainda conforme Malan, tais recursos também servem de lastro para os pagamentos de obrigações externas da União, não constituindo, portanto, significativa elevação líquida de compromissos do Brasil com o exterior. O ministro destaca ainda que o endividamento externo do Brasil junto aos credores privados, que em 31 de dezembro de 1994 era da ordem de US\$ 52,1 bilhões, correspondia em 15 de março último a US\$ 57,7 bilhões, mesmo depois de realizadas todas as novas captações.

BNDES pode receber empréstimo externo de US\$ 100 milhões

A Comissão de Assuntos Econômicos examina hoje pedido do presidente da República ao Senado para que seja autorizada a concessão de garantias da União na contratação de operação de crédito externo de US\$ 100 milhões em favor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES).



Geraldo Melo deu parecer favorável à operação de crédito

Os recursos deverão ser contratados junto ao Nordic Investment Bank (NIB) e serão alocados ao Projeto de Financiamento à Indústria no âmbito do Programa Multissetorial, que receberá, ao todo, US\$ 200 milhões, dos quais metade do próprio BNDES.

A operação terá carência de cinco anos e meio e prazo de paga-

mento de 15 anos, devendo a última parcela ser paga em 2017. O NIB cobrará taxa de juros de até 1% ao ano acima da Libor (taxa de juros do interbancário de Londres) mais taxa de compromisso (*commitment fee*) de 0,5% ao ano sobre o saldo não desembolsado do empréstimo.

Os recursos serão desembolsados num período de dois anos, em parcelas não inferiores a US\$ 10 milhões cada uma.

O BNDES compromete-se a apli-

car integralmente os recursos contratados no Programa Multissetorial, destinado a financiar projetos de empresas privadas nacionais de mútuo interesse dos países nórdicos e do Brasil. O programa objetiva, principalmente, a modernização, o aumento das exportações e a melhoria da infraestrutura das empresas privadas nacionais.

A matéria recebeu parecer favorável do relator, senador Geraldo Melo (PSDB-RN).

Comissão debate amanhã mudanças no setor elétrico

A Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realiza audiência pública, a partir das 17h30 de amanhã, para debater o Programa de Cisão das Empresas Elétricas do Sistema Eletrobrás e o Comitê de Revitalização do Setor Elétrico. Foram convidados os presidentes da Eletrobrás, Altino Ventura Filho, e da Eletronorte, José Antônio Muniz Lopes, além do representante da Federação Nacional dos Urbanitários (FNU), José Drummond Saraiva, e o professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) Maurício Tomasquim.

Na opinião da senadora Heloísa Helena (PT-AL), que propôs a audiência, o debate ajudará a esclarecer a intenção do governo com a cisão das geradoras de energia na composição da nova estrutura do setor elétrico. "A pretendida



Heloísa propôs a audiência para conhecer a intenção do governo com a divisão de Furnas

divisão de Furnas tem vinculação imediata com a intenção do governo federal de prosseguir com as reformas setoriais que já resultaram numa crise sem precedentes no abastecimento de energia elétrica", observa a senadora no requerimento.

A CI é presidida pelo senador Alberto Silva (PMDB-PI).



Reestruturação chega à segunda fase

A reestruturação patrimonial do setor elétrico começou em 1995 com a privatização de empresas estaduais e federais de distribuição e geração de energia. Até o ano passado, 23 estatais haviam sido transferidas para a iniciativa privada. O resultado dos leilões de privatização alcançou a cifra de R\$ 24,66 bilhões. A segunda fase do processo de reestruturação deve colocar à venda as três principais estatais de geração e transmissão do Sistema Eletrobrás: Furnas Centrais Elétricas, Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e Eletronorte. O governo propõe a cisão dessas empresas em sete unidades, que depois serão privatizadas. Furnas será dividida em duas, sendo uma de geração e outra de transmissão. A Chesf dará lugar a três, duas de geração e uma de transmissão. A Eletronorte será dividida em Eletronorte Geração e Eletronorte Transmissão. As três estatais faturaram R\$ 14,5 bilhões no ano passado.

Situação das empresas

O Brasil possui cerca de **3,5 milhões** de empresas, das quais **98%** são de micro e pequeno porte. De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), elas empregam cerca de **35 milhões** de pessoas, o equivalente a **59%** das pessoas ocupadas no país. Segundo pesquisa do Sebrae realizada em 2001, **80%** das micro e pequenas empresas fecham as portas nos primeiros **três** anos de vida. Uma das principais causas do insucesso é a dificuldade no acesso ao crédito.

Educação analisa combate a estrangeirismos

Substituição de expressões estrangeiras por equivalentes em português nos meios de comunicação, publicidade, comércio e escolas é o principal item na pauta da comissão. Projeto da Câmara tem substitutivo de Amir Lando

O uso de estrangeirismos pelos meios de comunicação poderá ser regulamentado em lei. A Comissão de Educação (CE) examina hoje, a partir das 11h30, substitutivo do senador Amir Lando (PMDB-RO) a projeto da Câmara visando à promoção e à defesa da língua portuguesa.

Apresentado pelo deputado Aldo Rebelo (PCdoB-SP), o projeto gerou debate sobre a crescente utilização de palavras estrangeiras no país. A proposta a ser analisada



Lando: comissão para estudar estrangeirismos na área de tecnologia

pela CE prevê substituição de palavras ou expressões em língua estrangeira nos meios de comunicação, publicidade, comércio e escolas por equivalentes em português.

O substitutivo de Lando estabelece que estrangeirismos ligados a áreas de inovação tecnológica, como a informática, devem ser submetidos a uma comissão de especialistas, responsável pela elaboração de um glossário, com sugestões de termos equivalentes na língua portuguesa ou

resultantes de aportuguesamento.

Será ainda analisado em turno suplementar projeto de lei, de caráter terminativo, que garante um canal de televisão a cabo para as Forças Armadas. A proposta foi aprovada em primeira votação na semana passada, mas, como se trata de substitutivo da senadora Marluce Pinto (PMDB-RR) a projeto de Luiz Otávio (PPB-PA), será submetida a nova votação.

A CE analisará também, entre outros, projetos destinados a garantir a municípios atingidos por desastres climáticos verbas não pagas de concursos lotéricos e a alterar os nomes dos aeroportos de Petrolina (PE) e Boa Vista (RR).

Técnicos debatem acesso a recurso genético

Nove técnicos representando instituições universitárias, centros de pesquisa governamentais e entidades civis ligadas aos meios científico e empresarial participam hoje de audiência pública na Comissão de Assuntos Sociais (CAS) com o objetivo de avaliar e debater as iniciativas do Congresso Nacional e do governo na área da regulamentação do acesso a recursos genéticos no Brasil. A reunião está marcada para as 18h.

A audiência pública, requerida pelo senador Tião Viana (PT-AC), deverá contar com a participação de Eliane Eliza de Souza Azevedo, da Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência (SBPC); Maria Celeste Hemerick, da Fundação Oswaldo Cruz; Marcel Bursztyn, do Centro de Desenvolvimento Sustentável, da Universidade de Brasília (UnB); e Félix de Bulhões, presidente do Centro Empresarial Brasileiro para o Desenvolvimento Sustentável (CEBDS).

Também deverão participar da audiência pública Oded Grajew, presidente do Instituto Ethos de Empresas e Responsabilidade So-



Tião Viana pediu a realização de audiência pública na CAS

cial; Antonio Paes de Carvalho, presidente da Extracta Moléculas Naturais; Marcus Luiz Barroso, presidente do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa); Maria Alice Freire, coordenadora-geral do Centro de Medicina da Floresta; e Maurício Amazonas, gerente do Programa Brasileiro de Ecologia para o Uso Sustentável da Biodiversidade da Amazônia, do Ministério do Meio Ambiente.

Controle de velocidade pode ser discutido na CI

Os integrantes da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) realizam reunião extraordinária hoje, a partir das 14h30, para apreciar pauta com 17 proposições. Entre elas, dois requerimentos do senador Francisco Escórcio (PMDB-MA) para a realização de audiências públicas destinadas a debater a questão do funcionamento dos controles eletrônicos de velocidade, os chamados "pardais". Um sugere o convite ao ministro da Justiça, Miguel Reale Júnior, e o outro solicita a presença do ex-diretor do Departamento Nacional de Trânsito (Denatran), Jorge Guilherme



Francisco Escórcio quer duas audiências sobre instalação de "pardais"

Franciscione.

Já o senador Roberto Saturnino (PT-RJ) solicita, em outro requerimento, a presença do ministro de Minas e Energia, Francisco Luiz Sibus Gômide, para prestar esclarecimentos sobre a atual situação do Programa Energético Nacional, em particular sobre as usinas termelétricas.

O vice-líder do governo, senador Romero Jucá (PSDB-RR), também apresentou requerimento convidando o presidente da Empresa Brasileira de Infra-Estrutura Aeroportuária (Infraero), Fernando Perrone. Jucá quer que

Perrone preste informações sobre as medidas que estão sendo tomadas visando à ampliação e melhorias nos aeroportos brasileiros, com vistas a incrementar o turismo nacional.

A CI tem ainda dois projetos relacionados com o horário de verão para analisar. Um deles, do senador Maguito Vilela (PMDB-GO), que recebeu relatório favorável do senador Mauro Miranda (PMDB-GO) e é terminativo na comissão, proíbe a adoção do horário de verão nos estados de Goiás e Tocantins e no Distrito Federal. O outro projeto, da Câmara, dispõe sobre o estabelecimento do horário de verão em datas determinadas e em regiões específicas.

Comissão vota escolha de quatro embaixadores

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina hoje, a partir das 17h30, a indicação de quatro diplomatas para exercerem o cargo de embaixador do Brasil junto a Honduras, Albânia, Coreia do Norte e Malásia. Os pareceres dos relatores, senadores Ari Stadler (PPB-SC), Francelino Pereira (PFL-MG), Geraldo Melo (PSDB-RN) e Gilberto Mestrinho (PMDB-AM), respectivamente, serão votados em reunião secreta.

Para o cargo de embaixador do Brasil em Honduras, foi indicado

o diplomata Sérgio Luiz Pereira Bezerra Cavalcanti. Já o embaixador brasileiro na Itália, Angelo Andrea Matarazzo, foi escolhido para acumular o mesmo cargo junto à República da Albânia.

Também deverá acumular a função na República Popular Democrática da Coreia o diplomata Affonso Celso de Ouro-Preto, atual embaixador do Brasil na República Popular da China. A última indicação a ser analisada é a de Edgard Telles Ribeiro, que deverá ocupar o cargo de embaixador na Malásia.

Ademir: Pará precisa de impulso estatal para ampliar produção

O senador Ademir Andrade (PSB) cobrou do governo federal uma política industrial para o seu estado, o Pará. Ele salientou que o Pará é o sétimo maior exportador entre os estados da Federação, tendo as pré-condições necessárias para consolidar uma forte economia exportadora. Observou, entretanto, que, como a economia do estado baseia-se em produtos primários e semi-elaborados, de baixo valor agregado, falta planejamento estratégico para o desenvolvimento do parque produtivo.

Ademir Andrade lembrou que a Coréia do Sul e Formosa transformaram-se em grandes exportadores de bens de alto valor agregado pela intervenção "firme e ordenada" do Estado.

— Não há outro caminho para chegarmos ao mesmo resultado. As indústrias não surgem, não verticalizam a produção e não agregam valor ao produto por obra de geração espontânea — disse o senador, ressaltando que é necessário o impulso do planejamento estatal.

Ademir citou o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) como o



Na opinião de Ademir, Pará pode consolidar economia exportadora

grande instrumento que o governo tem hoje para esse fim, não somente pelo volume de recursos de que dispõe para financiar o desenvolvimento, como pela experiência e capacitação de seu corpo funcional. O BNDES, disse o senador, poderia ter atuação decisiva na transformação da economia exportadora paraense em vários setores, como o mineral, o agroindustrial, o madeireiro e o pesqueiro, entre outros.

O senador lembrou que o BNDES é um dos sócios da empresa Anglo América, que exporta concentrado de cobre extraído no Pará, de baixo valor agregado, que retorna beneficiado a preços muito superiores. Para Ademir, não pode ocorrer com o mais novo ciclo mineral, o cobre, o que ocorreu com o ciclo do ferro, do alumínio e do caulim.

— Não é possível que a exploração das riquezas de um estado, que pertence a todo seu povo, traga benefício apenas a uma pequeníssima elite econômica, que quer somente lucros rápidos no menor prazo possível — concluiu.

Fogaça pede compromisso em favor do Mercosul

Senador sugere que candidatos à Presidência da República se comprometam com o fortalecimento da integração dos países do mercado comum do sul do continente, como forma de enfrentar a Área de Livre Comércio das Américas

Comissão discute relações com Congresso dos Estados Unidos

A tentativa de aproximação entre o Congresso dos Estados Unidos e os países integrantes do Mercosul – Brasil, Argentina, Uruguai e Paraguai – será tema de relatório a ser apresentado hoje à Comissão Parlamentar Conjunta do Mercosul, a partir das 14h30, pelo deputado Paulo Gouvêa (PFL-SC).

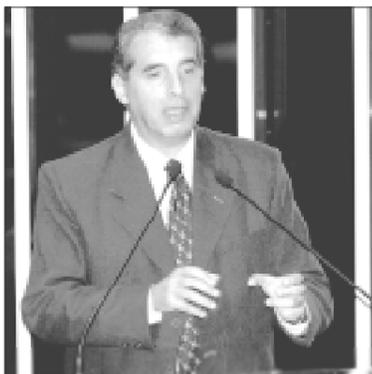
Ele deve expor aos integrantes do colegiado discussões ocorridas sobre o tema durante reunião promovida em Washington pelo

Center for Strategic and International Studies, de 5 a 7 de junho.

Na mesma reunião, será discutido adendo ao relatório da senadora Emilia Fernandes (PT-RS) a projeto de decreto legislativo do senador Roberto Saturnino (PT-RJ) que propõe plebiscito sobre a suspensão de negociações para o ingresso do Brasil na Área de Livre Comércio das Américas (Alca). Há um voto em separado, de autoria do senador Luiz Otávio (PPB-PA), contrário à proposta.

O senador José Fogaça (PPS-RS) sugeriu que os candidatos à Presidência da República assumam o compromisso de consolidar o Mercosul. O projeto de integração regional, avalia, permitirá que a América do Sul enfrente a Área de Livre Comércio das Américas (Alca) num futuro próximo. Para o senador, a Alca virá, e “suas regras serão tão piores ou tão melhores para os países da América do Sul quanto mais ou menos saibamos estruturar com seriedade um Mercosul sólido, vigoroso e duradouro”.

Para dar continuidade à integração entre Brasil, Paraguai, Uruguai, Argentina e também Chile e Bolívia, conforme pretende o Mercosul, é preciso que existam três pilares: vontade política, democracia e harmonia macroeco-



Para Fogaça, falta harmonia macroeconômica entre países do Mercosul

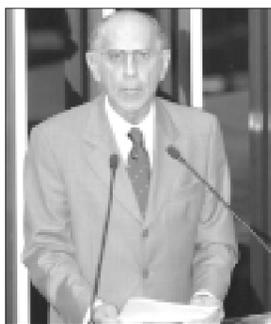
Fotos: Roosevelt Pinheiro

a taxas de juros, dívida interna, política cambial, déficit público e metas inflacionárias. Ou seja, “há discrepância total entre as realidades macroeconômicas” dos países do Mercosul. A superação das discrepâncias deve fazer parte da preocupação dos candidatos à Presidência, opinou.

O senador ressaltou que a tarefa, na Itália e na França, foi assumida por partidos de esquerda, que conduziram seus países à integração na União Européia. Uma das condições para a integração foi que cada país não tivesse suas dívidas públicas internas equivalentes a 60% do Produto Interno Bruto (PIB). A constituição da União Européia é exemplo bem-sucedido de como estabelecer a harmonia entre nações interessadas na formação de um bloco, observou.

Mauro Miranda defende taxas de juros menores

O senador Mauro Miranda (PMDB-GO) alertou ontem o Plenário para a situação econômica do Brasil, recomendando ao governo federal a redução das taxas de juros e o incentivo à atividade produtiva. Para o parlamentar, é necessário exigir



Mauro Miranda: credores devem aceitar prazo maior para recebimento da dívida

dos credores brasileiros a aceitação de uma política de redução sistemática, “firme e rápida”, das taxas para um dígito e prazos de pagamento superiores a dez anos.

– Não podemos deixar de reconhecer, sem alarmismo mas com a responsabilidade que nos cabe, que a situação é grave. Estamos vivendo um momento em que a euforia do mercado financeiro globalizado foi minada pelas constantes crises financeiras e, por consequência, em que o capital busca modalidades de aplicação mais seguras – observou.

DÉFICIT

Mauro Miranda citou as crises por que passaram o México, os países asiáticos, a Rússia e, agora, a Argentina para salientar que todas tiveram características semelhantes: alto déficit fiscal e no balanço de pagamentos, altas taxas de juros, controle da taxa de câmbio em patamares irrealistas e significativo crescimento da dí-

vida pública.

No Brasil, apontou o parlamentar, também são observadas as fontes geradoras dos problemas por que passaram outros países em crises recentes. Na visão do senador, o modelo brasileiro tem sido baseado fundamentalmente na regulação da demanda por ca-

pitais, bens e serviços. Esse modelo, disse, tem sido impotente para reverter a situação estrutural de empobrecimento do país.

Para Mauro Miranda, é preciso mudar a política econômica, garantindo ao mesmo tempo equilíbrio das contas internas e externas pelo governo. Na avaliação do senador, significativa expansão da capacidade de o país produzir riqueza é, sem dúvida, o melhor caminho, uma vez que isso diminuirá a importância relativa dos déficits brasileiros e produzirá rapidamente os excedentes necessários para dar início a um processo de redução da dívida pública.

– Reduzir as taxas de juros tem um impacto direto e profundo na capacidade de crescimento do país e na atuação do Estado em prol da sociedade, por isso deve ser objeto de redobrada atenção e de ação firme para que tal objetivo seja alcançado – concluiu.

Lauro Campos propõe “pontes para o futuro”

O senador Lauro Campos (PDT-DF) defendeu ontem a construção de “pontes para o futuro” como solução para o que ele entende ser a crise do capitalismo. A exemplo de 1929, sustenta, o capitalismo enfrenta crise provocada pelo excesso de acumulação



Lauro Campos defende adoção de atividades e pesquisas que perdurem

de lucro e volta a investir numa estrutura baseada em forças destrutivas para que o nível de lucro não caia.

– Precisamos vislumbrar pontes para o futuro, atividades e pesquisas que vão perdurar. Precisamos abandonar parâmetros anti-

gos e setores destrutivos e poluidores como a indústria bélica – afirmou.

Lauro Campos disse que teme pela democracia, frisando que a sociedade moderna corre riscos muito grandes. “A democracia é uma planta muito frágil”, observou, lembrando que Benito Mussolini

e Adolf Hitler surgiram em momentos de crise econômica. – O pano de fundo do capitalismo será sempre um Estado militar-industrial. A crise atual não é só de acúmulo de capital, mas também de desproporção. Aqui lo que foi criado para resolver a

crise de 1929 também entrou em crise – alertou.

Citando dois ex-presidentes norte-americanos, Franklin Roosevelt e Dwight Eisenhower, Lauro Campos lembrou que eles não viam diferença entre o que se fazia nos Estados Unidos e o que Hitler e Mussolini faziam nos seus países. “A diferença é que entendiam estar fazendo de maneira mais ordeira”, disse. Segundo o senador, o próprio Eisenhower afirmou que estava sendo criado um Estado militar-industrial que poderia destruir a democracia.

– Uma sociedade realmente humana não pode levar para si esses setores destruidores e improdutivos – afirmou o senador Lauro Campos.

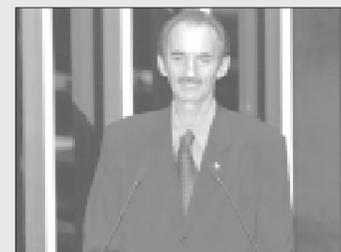
Rondônia erradicará em breve a febre aftosa, afirma Sartori

O senador Chico Sartori (PSDB-RO) apresentou ontem dados revelando que, no cone sul de Rondônia, a quase totalidade do gado está vacinado contra febre aftosa. Em municípios como Pimenteiras, Corumbiara e Cabixi, a vacinação já atingiu 100% do rebanho. Ele também informou que, em relação à penúltima vacinação, foi registrado aumento de 9.317 cabeças de gado vacinadas.

Segundo o parlamentar, os agropecuaristas de Rondônia es-

tão atendendo às exigências do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento confiantes no compromisso do ministro Pratini de Moraes de que em setembro será colhido o sangue de mais de 8 mil animais do estado para a realização de exame sorológico.

Os pecuaristas, acrescentou Sartori, acreditam que até fevereiro de 2003 o estado estará livre da febre aftosa, que já fez o estado perder mais de 30% do valor do gado.



Chico Sartori ressaltou que vacinação já atingiu 100% do gado em alguns municípios

O senador também criticou a medida provisória (MP) que reformula o Código Florestal. Em sua opinião, a MP atrapalha a vida de inúmeros brasileiros que migraram para Rondônia na esperança de trabalhar.

Jucá quer candidato bem informado sobre seu estado

Ele vai propor que, a exemplo do governo federal, Executivos estaduais prestem informações sobre a administração pública

O senador Romero Jucá (PSDB-RR) anunciou ontem que vai apresentar projeto de lei obrigando os governos estaduais a prestarem todas as informações institucionais relativas à administração pública aos partidos políticos, coligações e candidatos aos governos estaduais que as solicitarem.

A iniciativa se espelha, informou Jucá, em recente decreto do presidente Fernando Henrique Cardoso que regulamenta a prestação de informações relativas à administração pública federal a partidos políticos, coligações e candidatos à Presidência da República até a data de divulgação oficial do resultado final das eleições. Para ele, os candi-



Projeto de lei de Romero Jucá vai incluir, além de candidatos, os partidos e coligações

datos a governador também devem ter acesso a informações institucionais, como prevê o pro-

to no prazo máximo de 15 dias, contados da data de protocolo da solicitação.

Jucá disse que, para dar maior transparência às atividades do governo federal, o decreto estabelece que caberá à Casa Civil requisitar a qualquer órgão, entidade ou servidor os dados solicitados pelos candidatos ao Palácio do Planalto. As informações serão prestadas por escrito no prazo máximo de 15 dias, contados da data de protocolo da solicitação.

Agripino diz que PFL se orgulha de Bornhausen

O senador José Agripino (PFL-RN) disse ontem, da tribuna do Plenário, que o PFL se orgulha do seu presidente, senador licenciado Jorge Bornhausen, e deposita nele “a mais absoluta confiança”. As declarações de Agripino foram feitas a propósito de reportagem da revista *Época* que, segundo ele, procurou lançar “acusações injustas” contra o presidente do seu partido.

Durante pronunciamento como líder da bancada, o senador José Agripino leu uma nota distribuída

à imprensa por Jorge Bornhausen na qual ele afirma, em resposta à revista *Época*, que nunca teve conta-corrente ou fez qualquer movimentação bancária, no Brasil ou no exterior, com o Banco do Estado do Paraná (Banestado) ou com o Banco Araucária. Bornhausen acrescenta, na nota lida por José Agripino, que tomará todas as medidas judiciais cabíveis em relação ao assunto.

José Agripino destacou que ninguém jamais encontrou qualquer mácula na conduta do senador



José Agripino leu nota em que o presidente do seu partido contesta reportagem da revista *Época*

Bornhausen, em todos os importantes cargos públicos que ocupou, como governador, ministro e parlamentar.

Requião contesta suposto crime eleitoral

O senador Roberto Requião (PMDB-PR) comunicou o envio de correspondência ao editor do jornal *O Globo*, em que contesta reportagem sobre ação aberta contra ele pelo Supremo Tribunal Federal (STF) por suposta prática de crime eleitoral. O parlamentar afirma na carta que o Superior Tribunal de Justiça (STJ) já havia declarado sua incompetência para julgar o caso.

“A referida preliminar foi suscitada quando do voto do ministro relator Valdemar Sweiter, que concluiu pela inexistência de crime e, conseqüentemente, pela rejeição da

denúncia”, informa ele no documento lido em Plenário.

Requião lembra na carta que o fato que motivou o processo judicial ocorreu durante a campanha para a prefeitura de Curitiba, em 1992, quando ele era governador do Paraná. Alertado por militantes do PMDB, Requião, segundo relata, questionou a legalidade da ação de guardas municipais que retiravam das ruas propaganda do candidato peemedebista Maurício Fruet, sob a alegação de que não exibia a sigla partidária.

Como os guardas municipais não contavam com mandado ju-

dicial de busca e apreensão nem estavam acompanhados de oficial de Justiça, Requião argumentou, conforme explica na carta, que a ação estava sendo feita de forma ilegal. Lembrou, também, que as ordens da Justiça Eleitoral devem ser cumpridas com o apoio da Polícia Federal e não da guarda municipal, cuja atribuição constitucional é a proteção de bens, serviços e instalações do município.

“Estes são os fatos. Pergunto: Que crime cometi?”, indaga Requião ao final de sua carta a *O Globo*.

Emilia: conselho é marco da comunicação social no Brasil

Roosevelt Pinheiro



Para Emilia, colegiado pode ajudar no combate ao preconceito e à violência

A senadora Emilia Fernandes (PT-RS) ressaltou a importância da instalação neste mês, após dez anos de espera, do Conselho de Comunicação Social – órgão consultivo do Congresso Nacional –, que, segundo disse, constitui um marco na comunicação brasileira. Mesmo reconhecendo as limitações de poder do conselho, a senadora acredita que o órgão terá papel importantíssimo como único instrumento de controle que a sociedade brasileira passa a ter sobre um setor tão desregulamentado.

Emilia afirmou que o setor de comunicação no Brasil configura-se pelo “coronelismo eletrônico”, uma vez que as concessões de rádio e TV têm servido como moeda de troca entre o governo federal e o setor privado.

A senadora lembrou que, no Brasil, 87% dos domicílios têm televisão, ressaltando que os meios de comunicação brasileiros têm como regra ser os principais organizadores do consenso, ao elencar prioridades, pautar ações do governo e modelar opiniões.

– Quanto menos participativa for a vida democrática, maior a influência dos meios de comunicação. Hoje, muito se fala em opinião pública, muitas vezes resultado quase passivo de reprodução dos enfoques oferecidos pelos produtores de informação – disse Emilia.

O Conselho de Comunicação Social, na opinião de Emilia Fernandes, pode auxiliar a combater problemas encontrados nos meios de comunicação brasileiros, como a violência, as condutas preconceituosas, a banalização do sexo e a superexposição da mulher. São características que, na opinião da senadora, hoje predominam, mas devem ser banidas dos meios de comunicação.



O *Jornal do Senado* publica perguntas dirigidas aos senadores abordando questões de interesse público. As desta edição foram veiculadas pela TV Senado. Você pode participar e ter sua pergunta respondida aqui, ligando gratuitamente para o serviço *A Voz do Cidadão* – 0800 61 2211 – e autorizando a publicação.

Carlos Manuel da Rocha (Francisco Santos – PI) pergunta:

Por que a criação de um projeto de lei que reserva 50% das vagas nas universidades públicas aos estudantes que vêm do ensino médio da escola pública?

O senador Carlos Wilson (PTB-PE) responde: Ninguém duvida hoje que o ensino público é deficiente. Conseqüentemente, ter acesso à universidade pública é muito mais difícil para quem estuda na escola pública. Entendo, então, que o governo tem a obrigação de investir em um ensino de alta qualidade na escola pública. E isso é experiência de quem já foi governador e criou a Universidade de Pernambuco. Durante o mandato pude perceber que a maior parte dos alunos aprovados na Universidade de Pernambuco era oriunda de escolas particulares. Foi isso que me levou a apresentar esse projeto, como uma forma de valorizar a escola pública.

Luis Cláudio Abreu (Porto Alegre – RS) pergunta:

A privatização dos presídios melhoraria o sistema penitenciário brasileiro?

O senador Álvaro Dias (PDT-PR) responde: Já existe uma experiência bem-sucedida de privatização de presídios, ou seja, é uma alternativa. Mas não basta só a privatização de um ou outro presídio. É preciso um conjunto de medidas para que se permita que o sistema penitenciário possibilite a recuperação do detento. Fato hoje que é uma exceção à regra.



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Casildo Maldaner destaca esforços dos senadores para atender reivindicações da comunidade

Maldaner: senador se desdobra para atender estado

O senador Casildo Maldaner (PMDB-SC) disse ontem que, apesar de a função essencial dos senadores ser a elaboração de leis, eles também cuidam do atendimento de um grande número de reivindicações das populações de seus estados, especialmente as solicitações de recursos junto ao governo federal. Segundo ele, a população atendida precisa ser informada sobre a ação dos senadores, que, conforme acentuou, colocam em segundo lugar as questões partidárias para atender os estados que representam.

— Na verdade, nossa missão é eclética, pois ao mesmo tempo em que nos dedicamos a buscar a melhor lei para a sociedade, não podemos nos descuidar das reivindicações dos estados e das regiões que representamos. Não há como se dissociar da função de atendimento dessas justas solicitações — declarou o senador.

Como resultado das ações dos parlamentares catarinenses, ele citou, entre outras, as obras em implementação no estado, como a duplicação da BR-101, a construção da Barragem do Rio São Bento, o incremento do Banco da Terra, a modernização dos portos, os programas de reflorestamento e de conservação das microbacias estaduais.

Casildo Maldaner destacou ainda a recente aprovação, pela Comissão de Assuntos Econômicos, de empréstimo superior a US\$ 100 milhões, feito pelo estado de Santa Catarina junto ao Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) e destinado à construção de rodovias para o escoamento da produção.

Apesar desses resultados positivos da ação parlamentar, o senador comentou que muitas vezes os governadores dos estados não informam adequadamente a comunidade sobre o esforço de seus representantes no atendimento às solicitações da população.

Resultado da Convenção Nacional do PMDB repercute no Plenário

Pré-candidato à Presidência da República, Roberto Requião lamenta que o PMDB tenha optado por se aliar ao PSDB na eleição nacional e estranha suposta interferência do presidente do TSE, Nelson Jobim, em favor dessa coligação. Iris Rezende discorda, destacando “a integridade moral e o elevado espírito público” de Jobim.

Para Requião, “os caciques haviam negociado votos”

Ao analisar o resultado da Convenção Nacional do PMDB, que rejeitou sua pré-candidatura à Presidência da República e confirmou o apoio à candidatura do senador José Serra (PSDB-SP) ao cargo, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) lamentou ontem que seu partido tenha aderido a um programa de governo “oposto aos interesses nacionais e populares”.

— Combati o bom combate, cumpri minha missão e não perdi a minha fé — declarou, classificando-se como “anticandidato, uma alternativa programática e doutrinária de mudança política, econômica e administrativa”.

Apesar de se dizer convicto de ter “convenido e comovido” o PMDB, Requião obteve o apoio à tese da candidatura própria de pouco mais de 200 dos quase 700 votantes. Os aplausos dos convencionais ao discurso do senador paranaense não se materializaram em votos, segundo informou, pela ação dos “caciques do partido”.

— Eles já haviam negociado e comprometido os votos da convenção — afirmou, em alusão à coligação com o PSDB e à indicação da deputada federal Rita Camata (PMDB-ES) como vice na chapa de José Serra.

Com base em reportagem do jornal *Correio Braziliense*, Requião considerou “extremamente grave” denúncia de suposta intervenção do presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Nelson Jobim, em favor da coligação PMDB-PSDB. De acordo com a notícia, Jobim teria instruído a cúpula do PMDB a ingressar com agravo regimental e mandado de segurança para derrubar liminar em favor do senador, concedida pelo ministro Sálvio de Figueiredo, cancelando a convenção.

— Requião resolveu recorrer ao TSE ao ser informado de que o seu nome e o da secretária do partido, Alda Marcoantonio, indicada vice na chapa própria à Presidência da República, não constariam da cédula de votação da convenção.



Requião: “Combati o bom combate, não perdi a minha fé”

Iris defende decisão de Nelson Jobim e aliança com PSDB

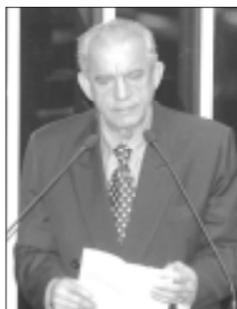
Iris Rezende (PMDB-GO) defendeu o presidente do TSE, Nelson Jobim, da acusação de que teria agido com parcialidade, ao derrubar, na madrugada de sábado, liminar que suspendia a convenção do PMDB.

— Conheço Nelson Jobim desde a época em que era parlamentar filiado ao PMDB. Homem de integridade moral, elevado espírito público, extremamente competente e que tem uma vida sem qualquer mácula. Falo isso para que não parem dúvidas sobre sua decisão — disse Iris, referindo-se a insinuações publicadas na imprensa.

O senador disse que não aceita ligar a antiga militância política de Nelson Jobim à decisão que tomou. Observou que dois dos mais importantes partidos políticos do país — PMDB e PSDB — realizariam no sábado suas convenções para escolha dos candidatos à Presidência. Portanto, na opinião do senador, estranho seria o presidente do TSE desconhecer as duas convenções e não estar disposto a examinar um mandado de segurança e um instrumento de agravo questionando uma liminar que suspendia a convenção do PMDB.

Em aparte, o senador Roberto Requião (PMDB-PR) observou que havia lido em Plenário, pouco antes, uma notícia do jornal *Correio Braziliense*, e não feito uma crítica ao fato de Nelson Jobim ter examinado o mandado de segurança do PMDB. Para ele, o estranho é que o TSE não manteve no sábado, durante o dia, protocolo aberto para receber outras ações. Requião disse ainda ter ouvido do senador Maguito Vilela (PMDB-GO) que os convencionais de Goiás iriam apoiá-lo.

Iris ponderou que até quatro dias antes da convenção a quase totalidade dos delegados goianos estava disposta a acompanhar Roberto Requião, mas mudou de posição. “Não houve gesto de favor ou posições ilícitas. Apenas entendemos que a decisão em favor de uma coligação com o PSDB seria melhor para o partido.”



Iris Rezende: “Jobim tem uma vida sem qualquer mácula”

Távola ressalta gastos sociais do governo FHC

O líder do governo no Senado, Artur da Távola (PSDB-RJ), rebateu críticas de que o governo Fernando Henrique Cardoso gasta pouco na área social. “São R\$ 138 bilhões anuais de recursos provenientes do orçamento, cerca de 21% do PIB, muito mais do que qual-



Távola diz que nunca se investiu tanto na área social

quer outro governo gastou no Brasil”, garantiu.

Távola reconheceu que a concentração de renda ainda é muito grande e afirmou que o percentual de excluídos é “inaceitável”. Mas disse que, nos dois mandatos de Fernando Henrique, o número de pobres no Brasil diminuiu de 42% da população para 21%, redução segundo ele decorrente de programas como os de Bolsa-Alimentação, Bolsa-Escola, Auxílio-Gás, programa de aposentadorias a idosos carentes e programa de erradicação do trabalho infantil, entre outros.

Esses programas não são mero assistencialismo feito com dinheiro público, enfatizou o senador, dizendo que eles promovem distribuição de renda e resgate da cidadania às camadas mais carentes da população. Ele reafirmou o compromisso da candidatura de José Serra com a continuação desses programas sociais.

O senador citou dados e números desses programas para dizer que representam uma rede de proteção social aos carentes. Ele referiu-se também aos esforços do governo nas áreas de educação e saúde e afirmou que, depois do combate à inflação, que assegurou maior poder de compra a uma parcela significativa da população, o governo do presidente Fernando Henrique pode se orgulhar de estar patrocinando grandes resultados na redução do número de excluídos que, no Brasil, “datam do tempo da abolição da escravidão”.

EDUCAÇÃO

Távola enfatizou a importância de o ensino fundamental estar atingindo 97% das crianças entre sete e 14 anos. “Poucos se lembram que, em 1960, esta percentagem era de 60% das crianças, das quais apenas 13% chegavam ao ensino de 2º grau. Hoje são 66% dos alunos matriculados no ensino fundamental que ingressam no ensino médio”, garantiu. Segundo Távola, o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental (Fundef) irá distribuir, em 2002, cerca de R\$ 20 bilhões, montante igual à arrecadação da Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira (CPMF).

O senador enfatizou o alcance de programas como a merenda escolar — 37 milhões de crianças atendidas diariamente —, a distribuição de 110 milhões de livros didáticos gratuitos por ano, além da adoção de novas tecnologias e da informática na escola.

Carlos Bezerra quer melhorar qualidade do livro didático

Informação desatualizada é o principal problema apontado pelo senador, que sugere a criação de ouvidoria para receber sugestões

O senador Carlos Bezerra (PMDB-MT) manifestou sua preocupação com a qualidade dos livros didáticos editados sob a supervisão do Ministério da Educação (MEC). Segundo ele, há inexistência de conteúdo, inclusão de valores preconceituosos ou distantes da realidade nacional, informações não atualizadas, inadequação redacional e de formato gráfico.

Carlos Bezerra sugeriu a criação, no MEC e nas secretarias estaduais de Educação, de ouvidorias específicas para o livro didático que possam receber e avaliar as críticas, submetendo-as aos editores para as devidas correções. Assim se poderia impedir, ao menos, a distribuição do livro no ano letivo subsequente com as



Carlos Bezerra propõe disciplina de Editoração nos cursos de Pedagogia

mesmas incorreções, como acontece com frequência, observou.

O senador propôs também a inclusão, nos currículos de Pedagogia e dos cursos de habilitação ao magistério, da disciplina Editoração de Livros Didáticos, o que permitiria aos novos mestres, candidatos naturais a autores, tomarem

conhecimento das técnicas que garantem a qualidade das obras desde sua geração.

Carlos Bezerra lembrou que o volume de 150 milhões de exemplares representa um atraente mercado para o setor editorial. No entanto, registrou, estudos técnicos e didáticos assinados pelos mais respeitados pedagogos brasileiros fazem críticas severas à qualidade e à pertinência das publicações em relação às necessidades dos estudantes e da sociedade em geral.

A informação desatualizada no livro didático, segundo o senador, representa a maior das falhas, num momento em que a Internet já se torna acessível a parcela significativa da população estudantil, comprometendo a própria sobrevivência do livro como instrumento de aprendizagem.

Legislação ainda discrimina mulher, diz Jucá

O livro *Direitos Sexuais e Direitos Reprodutivos – Diagnóstico Nacional e Balanço Regional*, editado pelo Comitê Latino-Americano e do Caribe para a Defesa dos Direitos da Mulher (Cladem) e pela Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, foi elogiado pelo senador Romero Jucá (PSDB-RR), que criticou veiculação de campanhas governamentais voltadas para problemas de forma isolada e não como aspectos de uma só questão.

– De maneira geral, pode-se dizer que o estudo comprova que,

a despeito do avanço legislativo que se operou nas últimas décadas em matérias relacionadas aos direitos sexuais e reprodutivos, as mulheres brasileiras ainda sofrem discriminações e violência de toda sorte, decorrentes, entre outros fatores, da legislação vigente – assinalou.

Jucá ressaltou que a maioria dos dispositivos discriminatórios está presente no Código Civil e no Código Penal, inspirados na legislação européia ocidental. Segundo ele, a mudança dessa cultura depende da eliminação de estereó-

tipos e preconceitos sociais, especialmente de gênero, raça e desigualdade socioeconômica.

Para o senador, o grande mérito do livro está em evidenciar que o desafio da produção de leis é a efetivação desses direitos no plano das políticas públicas integradas, permitindo o real exercício da cidadania pelas mulheres brasileiras. “Essa defasagem entre legislação e política pública, entre norma e execução da norma, entre controle e exercício da sexualidade, é o aspecto mais perverso do quadro nacional”, avaliou.

Coral do Senado apresenta concerto pela paz

Um Canto pela Paz. Esse é o concerto que será apresentado hoje pelo Coral do Senado, às 21h, na Sala Martins Penna do Teatro Nacional, com entrada franca. O concerto contará com a participação de músicos de Brasília e será regido pela maestrina Glicínia Mendes, à frente do grupo desde sua criação, há seis anos.

Para o diretor-geral do Senado, Agaciel da Silva Maia, o Legislativo está completamente engajado no combate à violência e quer, por meio do evento, marcar ainda mais seu esforço na promoção da paz.

Na primeira parte do concerto serão executadas as peças *Oração pela Paz*, de Burrill Red; *The Long and*

Winding Road, de John Lennon e Paul McCartney; *Eu Sei que Vou te Amar*, de Vinícius de Moraes; *Cio da Terra*, de Milton Nascimento e Chico Buarque; *Mulungú Fulorô*, de Antônio Vaz; *Ave Maria*, de Javier Busto; e *Hallelujah, Amen*, de Händel.

Na seqüência estão *Canción con Todos*, de Tejada Gomez; *Los Pueblos Americanos*, de Violeta Parra; *Kyrie Eleison*, de Mendelssohn e Bartholdy; *Laudate*, de Leavitt; *Carinhoso*, de Pixinguinha; *Canção da América*, de Milton Nascimento; e *Haja Paz na Terra*, de Miller e Jill Jackson.

Como surpresa da noite, o concerto terá a participação de um senador, músico e poeta.



Estudantes visitam o estande do Senado, no primeiro domingo da Bial do Livro em Natal

Estande do Senado recebe grande público em Natal

O primeiro domingo da Bial Nacional do Livro de Natal contou com público expressivo e o volume de vendas no estande do Senado foi grande, com mais de 300 títulos comercializados. Os visitantes mostraram interesse por títulos referentes à legislação aprovada ou atualizada recentemente. Um dos mais vendidos foi o Novo Código Civil, sancionado em janeiro deste ano. Publicado pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Seep), o livro representou mais de 10% das vendas.

O preço e a qualidade das publicações são os principais atrativos. O Novo Código Civil, que tem 342 páginas, está sendo vendido por R\$ 10, enquanto o CD-ROM, que reúne a legislação e o Código de Processo Civil, atualizado até novembro de 2001, sai por R\$ 5.

No domingo, o senador Eduardo Suplicy (PT-SP) esteve presen-

te à bial para autografar o seu livro *Renda de Cidadania – A Saída é pela Porta*, no estande da Cortez Editora. O senador participou de debate no Salão de Ideias. Uma curiosidade atraiu os visitantes ao estande do Senado: os manuscritos das cartas de renúncia dos ex-presidentes Jânio Quadros e Fernando Collor de Mello, além da cópia da Lei Áurea, assinada pela princesa Isabel em 1888.

Na próxima quinta-feira será lançado o livro *Parlamentares do Rio Grande do Norte – Senadores do Império à República, Vol. 1*, do diretor-geral do Senado, Agaciel Maia. Antes, o Senado doará 100 títulos à Biblioteca Pública Câmara Cascudo. As entidades dos portadores de deficiência visual também receberão exemplares em braile da Constituição federal, do Código de Defesa do Consumidor, da Lei de Doação de Órgãos, entre outros.

Revista “Jovem Cidadão” explica Constituição e símbolos nacionais

Uma revista da Secretaria Especial de Editoração e Publicações do Senado tem feito a alegria das crianças que estão visitando a Bial Nacional do Livro de Natal. Ela se chama *Jovem Cidadão* e já está em seu segundo número, desta vez abordando dois assuntos: a Constituição do Brasil e os símbolos nacionais. No primeiro, o tema principal foi a Gráfica do Senado.

A *Jovem Cidadão*, que está sendo distribuída no estande do Senado, é feita para crianças em uma linguagem de fácil entendimento. Além de textos explicativos sobre

a Constituição, os Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, as Armas da República, a Bandeira e o Selo Nacional, este segundo número traz passatempos, como desenho para pintar e caça-palavras.

A letra do Hino Nacional também está publicada na revista destinada ao público infantil. Além da Bial de Natal, a *Jovem Cidadão* foi distribuída nas feiras do livro do Ceará, da Bahia, de São Paulo, de Santa Catarina, de Goiás, de Brasília, do Rio Grande do Sul, do Pará, do Paraná, de Pernambuco, do Rio de Janeiro e de Minas Gerais.